Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA PARA A AGENDA DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Brasília
2018

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Robson Braga de Andrade
Presidente

Diretoria de Relações Institucionais
Monica Messenberg Guimarães
Diretora

Diretoria de Desenvolvimento Industrial
Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor

Diretoria de Comunicação
Carlos Alberto Barreiros
Diretor

Diretoria de Educação e Tecnologia
Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor

Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira
Diretor Adjunto

Diretoria de Políticas e Estratégia
José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Diretoria de Serviços Corporativos
Fernando Augusto Trivellato
Diretor

Diretoria Jurídica
Hélio José Ferreira Rocha
Diretor

Diretoria CNI/SP
Carlos Aberto Pires
Diretor

CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA PARA A AGENDA DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Brasília
2018

© 2018. CNI – Confederação Nacional da Indústria.
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI
Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS

FICHA CATALOGRÁFICA

C748c

Confederação Nacional da Indústria.
Contribuição da indústria para a agenda de financiamento climático / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2018.
23 p. : il.

ISBN 978-65-86075-27-4

1. Financiamento Climático. 2. Investimento da Indústria. 3. Emissão de Carbono I. Título.

CDU: 502.1

CNI
Confederação Nacional da Indústria
Sede
Setor Bancário Norte
Quadra 1 - Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3317-9000
Fax: (61) 3317-9994
http://www.portaldaindustria.com.br/cni/

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC
Tels.: (61) 3317-9989 | 3317-9992
sac@cni.com.br

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias de necessidades de investimento na indústria identificadas para a agenda de mudança do clima 10
Tabela 2 – Necessidades de investimentos em mitigação de emissões de GEE aplicadas à indústria 11
Tabela 3 – Necessidades de investimentos em adaptação às mudanças climáticas 12
Tabela 4 – Necessidades de investimentos transversais à mitigação e adaptação 13

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7
1. IMPACTOS DA MUDANÇA DO CLIMA NOS NEGÓCIOS E A AGENDA DE FINANCIAMENTO 8
2. NECESSIDADES DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA PARA BAIXA EMISSÃO DE CARBONO 10
2.1 Mitigação de emissões de GEE 11
2.2 Adaptação às mudanças climáticas 11
2.3 Transversais às necessidades de mitigação e adaptação 12
3. BARREIRAS PARA ACESSO E EXECUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO 14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 17

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento da agenda de financiamento para o clima é de vital importância para a materialização dos compromissos nacionais estabelecidos na Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2015 (COP21). A indústria, em estreita colaboração com governo federal, estabeleceu o pilar "Financiamento" como uma das prioridades a serem tratadas, visando à implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris, tratado sobre redução de emissão de gases poluentes.

Os impactos da mudança do clima afetam a competitividade da indústria, pela necessidade de grandes investimentos em tecnologia de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) ou pela ocorrência de eventos climáticos como secas, enchentes e deslizamentos de terra. Apesar disso, arranjos financeiros adequados podem alavancar oportunidades, apoiar a consolidação do setor industrial como provedor de soluções para combate aos efeitos negativos da mudança climática, e ampliar a geração de emprego e renda para o País.

Neste documento, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta ao governo federal a sua contribuição para a Conferência das Partes (COP 24), que vai ocorrer em dezembro de 2018, na agenda de financiamento climático. Ela contém as demandas de investimento das indústrias rumo à consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono e as principais barreiras que as empresas enfrentam para ter acesso as fontes de financiamento, além de recomendações para formular arranjos financeiros que sejam mais adequados à realidade da indústria.

Boa leitura.

Robson Braga de Andrade
Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

1. IMPACTOS DA MUDANÇA DO CLIMA NOS NEGÓCIOS E A AGENDA DE FINANCIAMENTO

Os impactos da mudança do clima constituem um desafio para as indústrias brasileira e internacional. Esses impactos estão ligados principalmente à necessidade de grandes investimentos, ao desenvolvimento de tecnologias para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e deslizamentos de terra. Os eventos extremos afetam a competitividade das empresas por gerar falta de segurança no fornecimento de energia a preços competitivos, pelo risco de desabastecimento de água e por gerar danos aos ativos das empresas e à infraestrutura. Adicionalmente, ainda há os aumentos nos preços de seguros de apólices operacionais e impactos na própria disponibilidade de mão de obra, já que a mudança do clima também pode afetar as pessoas que trabalham nas organizações[1].

Globalmente, estima-se que, entre 1996 e 2015, as perdas econômicas causadas por eventos climáticos extremos somaram US$ 3,08 trilhões – o que corresponde a cerca de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) acumulado no período, causando cerca de 528 mil mortes. No Brasil, os eventos climáticos extremos representaram perdas de até R$ 355,6 bilhões, entre 2002 e 2012. Essas ocorrências afetaram 33,9 milhões de brasileiros e desalojaram 2,2 milhões. Segundo estimativas de órgãos internacionais, são necessários investimentos da ordem de US$ 93 trilhões em toda a economia até 2030 no mundo, visando financiar medidas para redução de emissões de GEE[2].

Ponto importante a mencionar refere-se à implementação e ao financiamento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris. Dada à transversalidade da sua cadeia produtiva, a principal preocupação da indústria refere-se ao **rebatimento direto das medidas adicionais em sua cadeia produtiva, o que pode trazer oportunidades, mas também perdas econômicas e de competitividade**[1]. Estudos desenvolvidos pela CNI e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mostraram que, para a implementação das medidas adicionais da NDC, são necessários aportes financeiros da ordem de R$ 316 bilhões no setor

[1] CNI. **Mudanças climáticas**: estratégias para a indústria. Brasília: CNI, 2018.
[2] ITAÚ. **Mudanças climáticas e seus impactos**. São Paulo: Itaú, 2017.

elétrico[3], R$ 140 bilhões no setor sucroenergético[4] e entre R$ 890 a R$ 950 bilhões[5] em todo conjunto da economia. Assim, mesmo com os vultosos aportes financeiros necessários para a implementação da NDC, o setor industrial entende que a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono deve ser encarada como uma alavanca de oportunidades para a indústria brasileira, que é responsável por 7% das emissões de GEE do Brasil[6], desagregadas da matriz energética, 21% do PIB e cerca de 9,6 milhões de empregos[7]. Para isso, ganha importância **central a necessidade de desenvolvimento de arranjos financeiros adequados à realidade da indústria e que incentivem o empresário a assumir riscos e continuar trabalhando para consolidar novos modelos de produção menos carbono intensivos**, os quais já posicionam a indústria nacional com as mais baixas intensidades de emissões de GEE diante dos principais competidores internacionais.

[3] CNI. **Implicações da COP 21 para o setor elétrico**. Brasília: CNI, 2017.
[4] CNI. **O setor sucroenergético em 2030**: dimensões, investimentos e uma agenda estratégica. Brasília: CNI, 2017.
[5] BID. **Documento-base para subsidiar os diálogos estruturados sobre a elaboração de uma estratégia de implementação e financiamento da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris.** [S.l.: s.n.], 2016.
[6] BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**. IN: 3ª COMUNICAÇÃO NACIONAL DO BRASIL À CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA**. 2016. v. 3. Disponível em: <http://sirene.mcti.gov.br/documents/1686653/1706739/Volume+3.pdf/355d4a1e-9f3c-474a-982e-b4a63312813b>. Acesso em: 14 nov. 2017.
[7] CNI. **Mudança do clima e indústria brasileira**: iniciativas e recomendações estratégicas para implementação e financiamento da NDC do Brasil. Brasília: CNI, 2018.

2. NECESSIDADES DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA PARA BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

O financiamento climático é peça-chave para a implementação de ações que visem, cada vez mais, consolidar uma economia de baixa emissão de carbono no País e reduzir a vulnerabilidade do setor industrial aos impactos do clima modificado.

Estudo realizado pela CNI[8], com o objetivo de mapear as necessidades de investimento em mudança do clima para o setor industrial, apontou que elas se dividem em três grupos: i) mitigação de emissões de GEE; ii) adaptação às mudanças climáticas; e iii) transversais às necessidades de mitigação e adaptação, **que podem envolver mais de um setor econômico ou ser de responsabilidade do poder público**. Na tabela 1, são mencionadas as categorias das necessidades de investimentos do setor industrial.

Tabela 1 – Categorias de necessidades de investimento na indústria identificadas para a agenda de mudança do clima

Mitigação de emissões de GEE	Adaptação às mudanças climáticas	Transversais às necessidades de mitigação e adaptação
Eficiência energética Energia renovável Substituição de combustíveis e/ou matérias-primas Melhoria da capacidade local Pesquisa e desenvolvimento	Melhoria da capacidade local Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	Energia Infraestrutura Florestas

Fonte: KEY ASSOCIADOS. **Relatório 2**, 2018.

Além disso, **as necessidades de investimento para a indústria devem estar alinhadas aos contextos técnico e econômico, político, institucional e de mercado**. Isto é importante para garantir que haja transição gradual das operações industriais existentes, visando à consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono, sem prejuízo para sua descontinuidade e preservação de investimentos futuros, e com adoção de tecnologias que sejam aplicáveis às práticas industriais brasileiras[7].

[8] KEY ASSOCIADOS. **Relatório 2**: mapeamento de necessidades e fontes de financiamento climático para o setor industrial brasileiro. São Paulo: Key Associados, 2018.

2.1 Mitigação de emissões de GEE

A redução das emissões de GEE requer amplo conjunto de medidas de opções de mitigação de emissões. A tabela 2 apresenta uma síntese das necessidades de investimento em mitigação de emissões de GEE na indústria.

Tabela 2 – Necessidades de investimentos em mitigação de emissões de GEE aplicadas à indústria

Categorias de necessidade de investimento	Escopo das necessidades de investimento
Eficiência energética	Melhorias da eficiência de processos existentes nas instalações atuais e futuras do parque industrial brasileiro.
Energia renovável	Geração direta de energia a partir de fontes renováveis.
Substituição de combustíveis e/ou matérias-primas	Substituição de combustíveis e matéria-prima na indústria por alternativas menos carbono intensivas.
Melhoria da capacidade local	Geração de capacidade em relação aos temas de mitigação de emissões de GEE. Tais medidas passam por capacitação conceitual, articulação institucional, ferramentas, fóruns, trabalhos técnicos, estudos setoriais, entre outras.
P&D	Desenvolvimento de tecnologias de longo prazo, ainda não testadas e aprovadas operacionalmente ou que necessitem de adaptação para o cenário nacional (exemplo captura e armazenamento de carbono – *carbon capture and storage*).

Fonte: KEY ASSOCIADOS. **Relatório 2**, 2018.

2.2 Adaptação às mudanças climáticas

Destaca-se que a maioria das ações de adaptação à mudança do clima no âmbito do setor privado estão vinculadas a iniciativas do setor público, seja em âmbito de gestão territorial, seja no provimento de mecanismos institucionais e de infraestruturas. Em outras palavras, a capacidade de adaptação da indústria tem relação direta com a exposição e resiliência dos setores transversais geridos pelo governo[9]. Na tabela 3, são apresentadas necessidades de investimento em adaptação à mudança do clima que guardam relação com a atividade industrial.

[9] ICF Internacional. **Suporte à estratégia da CNI no âmbito da adaptação às mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

Tabela 3 – Necessidades de investimentos em adaptação às mudanças climáticas

Categorias de necessidade de investimento	Escopo das necessidades de investimento
Melhoria da capacidade local	Melhoria da capacidade local para aprofundar o conhecimento sobre impactos e vulnerabilidades específicos para os subsetores industriais e estabelecer estratégias viáveis que elevem a capacidade adaptativa do setor e o gerenciamento de risco.
P&D	Desenvolvimento em inovação tecnológica em novos produtos, serviços e tecnologias de baixa emissão de carbono, aumentando a produtividade e reduzindo a dependência por recursos naturais diante dos desafios impostos pelo clima modificado. Por exemplo, financiamento em P&D no uso e reúso da água em processos industriais.

Fonte: KEY ASSOCIADOS. **Relatório 2**, 2018.

2.3 Transversais às necessidades de mitigação e adaptação

Algumas necessidades de investimento em mitigação e adaptação na indústria são dependentes de ações de outros setores, que, muitas vezes, não estão sob sua gestão, mesmo tendo o setor industrial dependência direta desses ativos/serviços e a sua vulnerabilidade ao clima adaptado estar diretamente ligado a eles. Encaixam-se neste perfil a relação da indústria com os setores de energia e infraestrutura (exemplos: linhas de transmissão, usinas de geração de energia – termelétrica, hidrelétrica –, portos, ferrovias, estradas, entre outros), geridos, na maioria das vezes, pelo poder público.

Outro setor transversal e importante para ações de adaptação e mitigação é o uso da terra e florestas. O aumento da demanda pela indústria de base florestal contribuirá para o aumento da oferta de madeira e, consequentemente, para o aumento do estoque de carbono (reforçando a redução de emissões de GEE[7]).

Nesse sentindo, é apresentado, na tabela 4 o conjunto de necessidades de investimento transversais à mitigação e adaptação na indústria.

Tabela 4 – Necessidades de investimentos transversais à mitigação e adaptação

Categorias de necessidade de investimento	Escopo das necessidades de investimento
Energia Infraestrutura	Implantação de infraestruturas mais resilientes às mudanças climáticas, a fim de torná-las menos vulneráveis aos impactos do clima modificado. Aumento da capacidade de gestão e prevenção dos riscos climáticos nas áreas de maior vulnerabilidade aos eventos extremos oriundos da mudança do clima no País.
Florestas	Fortalecimento da cadeia produtiva de base florestal por parte da demanda (indústria moveleira, papel e celulose, carvão vegetal, energia de biomassa etc.). Os investimentos também devem fortalecer a atividade de manejo florestal sustentável.

Fonte: KEY ASSOCIADOS. **Relatório 2**, 2018.

3. BARREIRAS PARA ACESSO E EXECUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

De acordo com a *Climate Policy Initiative* (CPI)[10], os fluxos globais de financiamento climático subiram para US$ 437 bilhões em 2015, antes de cair 12%, para US$ 383 bilhões em 2016. Esta variação aconteceu devido ao aumento, em 2015, nos investimentos privados em energias renováveis, particularmente na China, e em energia solar nos EUA e no Japão, combinado a uma redução de 10% dos custos de tecnologia em 2016 e desaceleração dos investimentos na China.

Já o Relatório Bienal de Atualização (BUR), submetido pelo Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês)[11], destaca que foram recebidos pelo Brasil em 2014 e 2015, provenientes de canais multilaterais e bilaterais, cerca de US$ 2,2 bilhões e US$ 852 milhões respectivamente. O BUR apresenta apenas informações sobre recursos públicos comprometidos com entidades brasileiras por meio de instituições multilaterais e canais bilaterais.

O Brasil, mesmo tendo por objetivo de longo prazo, a redução das emissões de GEE em 37% até 2025 e uma contribuição indicativa de 43% em 2030, em relação aos níveis de 2005, **continua tendo no financiamento para o clima um dos grandes desafios para cumprir seus compromissos estabelecidos na COP 21**. **A maior parte dos recursos captados pelo governo é direcionada para medidas de combate ao desmatamento**. De acordo com dados da *Climate Funds Updates*[12], o Brasil aprovou 114 projetos de mitigação no período de 2006 a 2017, que contaram com investimentos aprovados no total de US$ 844,82 milhões. Deste total, 76% foram para projetos do Fundo Amazônia e outros 9% para projetos financiados pelo *Forest Initiative Program*, sendo apenas 15% do total de recursos destinados a outras iniciativas de mitigação, que incluíram, em grande parte, projetos relacionados à geração de conhecimento e melhoria da capacidade local.

---

[10] A CPI é uma organização independente, sem fins lucrativos, e tem sido apoiada por uma gama diversificada de financiadores de todo o mundo.

[11] UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. **Biennial update report submissions from non-annex I parties**. Disponível em:<https://unfccc.int/process/transparency-and-reporting/reporting-and-review-under-convention/biennial-update- reports-0>. Acesso em: 30 jul. 2018.

[12] CLIMATE FUNDS UPDATE. **Data dashboard**. 2018. Disponível em: <https://climatefundsupdate.org/data-dashboard/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Um levantamento preliminar realizado pela CNI mapeou um conjunto de barreiras que o setor industrial tem enfrentado para acesso e execução das fontes de financiamento. As barreiras foram classificadas em três blocos temáticos: **eficiência energética, instrumentos financeiros e de projetos e tecnologias.** A seguir as barreiras mapeadas:

Eficiência energética:

- ✓ Alto custo de oportunidade do capital para investimentos.
- ✓ Formato inadequado para concessão de crédito de projetos de eficiência energética (exemplo: alto nível de exigência de garantias bancárias e complexidade do processo de concessão do crédito).

Instrumentos financeiros e de projetos:

- ✓ Ausência de garantias em relação a fatores externos ao projeto, que possam alterar sua viabilidade durante sua execução (exemplos: contextos econômico e político, custo de insumos de matérias-primas, disponibilidade de mão de obra etc.).
- ✓ Taxas de juros e contrapartidas pouco atrativas para o setor industrial.
- ✓ Critérios de elegibilidade para aprovação de projetos são complexos e muitas vezes inviáveis.
- ✓ Regras complexas e alto custo envolvidos nos procedimentos de monitoramento, relato e verificação (MRV) e conformidade dos projetos.
- ✓ Subaproveitamento da capacidade das instituições financeiras em modelar projetos e combinar instrumentos de crédito.
- ✓ Insuficiência de instrumentos de crédito para investimento em P&D.
- ✓ Alternativas de captação externa (exemplo: *Green Bonds*) podem apresentar taxas de juros menores, mas o custo de cobertura do risco cambial de operações dessa natureza é elevado (estimativa de 10%-15%), devido à volatilidade do câmbio e o longo prazo dos contratos.
- ✓ Ausência de mecanismos garantidores coletivos capazes de apoiar a obtenção de financiamentos por parte de empresas com limitada capacidade de investimento.

- ✓ Dificuldade de acesso e alto custo de transação nas operações de financiamento, para empresas de pequeno e médio porte.

Tecnologias:

- ✓ Alta percepção de risco e retorno requerido por investidores para tecnologias com curto histórico de utilização no Brasil.
- ✓ Falta de incentivos adequados para implantação de tecnologias de baixa emissão de carbono pela indústria, que, muitas vezes, passa por competição pelo Capex com outras demandas prioritárias a curto prazo.
- ✓ Muitas tecnologias de baixa emissão de carbono não apresentam viabilidade econômica suficiente para atender às exigências de retorno de seus acionistas.
- ✓ Riscos associados ao desenvolvimento de soluções não plenamente testadas e aplicáveis na prática industrial brasileira, que resultem em redução de emissões de GEE.
- ✓ Desenvolvimento e fabricação de equipamentos com conteúdo mínimo nacional na especificação de projetos, como requisito para acesso às linhas de crédito mais atrativas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- ✓ Outras barreiras relacionadas às tecnologias: i) incertezas sobre a viabilidade comercial; ii) alto custo de importação; iii) falta de capacidade para custear P&D; e iv) risco de sobre ou subdimensionamento das tecnologias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança do clima já vem **afetando, de forma significativa, a competitividade da indústria**, principalmente por causa dos eventos extremos (secas, inundações, etc.). Em especial a indústria nacional, os impactos à mudança do clima afetam a competitividade, gerando insegurança hídrica e energética, aumento de custos e danos aos ativos da infraestrutura e das empresas.

Fluxos financeiros da ordem de bilhões de dólares são as estimativas das perdas financeiras para mitigar os impactos atuais e para implementar as medidas adicionais da NDC brasileira, que tem rebatimento em toda a cadeia da indústria dado à sua transversalidade. No entanto, o setor industrial entende que a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono **deve ser encarada como alavanca de oportunidades, posicionando a indústria como parte da solução para o combate à mudança do clima, desde que se trabalhe em arranjos financeiros adequados à realidade e às necessidades da indústria**. Isto poderá incentivar o empresário a assumir riscos e continuar consolidando novos modelos de produção menos carbono intensivos, levando em consideração o custo-benefício das medidas propostas e posicionando a indústria nacional como uma das mais eficientes em termos de emissões de GEE do mundo, diante dos seus principais competidores internacionais.

Entre as necessidades de investimento do setor industrial para mudança do clima, **há uma parcela significativa que depende de ações multissetoriais e diretas de governo**, principalmente aquelas ligadas à **energia e infraestruturas mais resilientes à mudança do clima**. As necessidades de investimento em mitigação de emissões de GEE dependem da larga escala de investimentos e análises da aplicabilidade das medidas a serem adotadas devem considerar **os contextos técnico e econômico, político, institucional e de mercado aplicáveis, levando em conta as especificidades setoriais**.

Há recursos financeiros de diversas fontes disponíveis para o combate à mudança do clima em todo o mundo, conforme mostrado pelo BUR e pela CPI. No que compete às fontes públicas, **as ações do governo têm direcionado parcela significativa dos investimentos para combate ao**

desmatamento, o que se justifica pelo percentual de participação dessas emissões de GEE no Brasil. No entanto, o direcionamento de investimentos para setores econômicos, como a indústria, além de apoiar as ações de mitigação de emissões de GEE e adaptação à mudança do clima, podem também gerar emprego, renda e pagamento de impostos que podem retornar como apoio ao combate ao desmatamento, assim contribuindo na consolidação da economia de baixa emissão de carbono. O **Relatório Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo 2018**[13], publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), concluiu que a chamada "Economia Verde" será responsável por criar cerca de **24 milhões de novos empregos até 2030**. Por outro lado, é importante mencionar que a consolidação dessa nova economia contará com a inserção de novos entrantes no mercado e **exigirá uma transição para preparação dos profissionais**.

Existe um conjunto de barreiras a serem superadas para acesso e execução aos financiamentos voltados para mudança do clima pelo setor industrial em melhores condições. Predominantemente, essas **barreiras estão relacionadas aos temas: eficiência energética, instrumentos financeiros e de projeto e tecnologia.**

Nesse sentido, em uma análise preliminar, a CNI apresenta um conjunto de recomendações ao governo **para atuar na superação das barreiras mencionadas e melhorar o ambiente de negócios, para formulação de propostas de novos arranjos de financiamento, visando ao combate dos impactos da mudança do clima e que sejam mais adequados a realidade da indústria**:

- ✓ **Criar uma estrutura de governança para financiamento sobre o clima**, com a participação de representantes dos setores público e privado e ligada ao novo modelo de governança do clima que está sendo discutido no País. Este poderia ser o *locus* para:
    - Estabelecer arcabouço político e institucional para tratar de políticas públicas, incentivos e prioridades setoriais voltadas para as finanças do clima, envolvendo novos arranjos financeiros e aspectos técnicos de projeto.

[13]INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World employment and social outlook 2018**: greening with jobs. 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_628654/lang--pt/index.htm> Acesso em: 30 jul. 2018.

- Promover a centralização da oferta e demanda por financiamento com a finalidade de facilitar a combinação das necessidades da indústria com as fontes públicas existentes.
- Consolidar a arquitetura financeira para apoiar o direcionamento de fluxos financeiros nacionais e internacionais para o Brasil, aproveitando sinergias e oportunidades oriundas do artigo 6º do Acordo de Paris.
- Buscar sinergias entre iniciativas de mitigação de emissões de GEE e adaptação à mudança do clima.

✓ **Consolidar um sistema de monitoramento, relato e verificação (MRV)**, que consiga padronizar os procedimentos técnicos de conformidade nos projetos para busca de financiamento e estabelecer uma previsibilidade e transparência da maneira como os recursos são utilizados para atividades de mitigação de emissões de GEE e adaptação à mudança do clima. A mensuração, a comunicação e a verificação eficazes do financiamento climático são fundamentais para a criação de uma relação de confiança entre as Partes na Convenção, bem como para os intervenientes externos.

✓ Defender regras claras e justas para que a transição entre os **mecanismos de mercado no âmbito da Convenção do Clima (MDL[14] e MDS[15]) ofereçam segurança jurídica suficiente** para atrair investimentos do setor privado em projetos de redução de emissão e aumento de remoções de GEE.

✓ Inserir no **Planejamento Plurianual (PPA) do governo ações de curto prazo** para combate aos impactos da mudança do clima, principalmente aquelas que tornem as infraestruturas mais resilientes ao clima modificado.

✓ **Reconhecer as externalidades positivas nos projetos** (por exemplo, a geração de emprego e renda) e reduzir o custo efetivo total do financiamento.

✓ **Criar taxas de juros diferenciadas para financiamento de projetos considerando seus riscos operacionais de execução.**

✓ **Desenvolver mecanismos de redução de percepção de risco por agentes financeiros**, tais como mecanismos de seguro, estruturas de garantias e indução de veículos de

[14] Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
[15] Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável.

investimento, visando diluir os riscos envolvidos nos projetos e permitir a criação de estruturas de investimento a longo prazo.

- ✓ **Criar mecanismos garantidores coletivos**, visando apoiar a obtenção de financiamentos por parte de empresas com limitada capacidade de investimento.
- ✓ **Incentivar instituições financeiras a desenvolver modelos de financiamento**, a partir de variados instrumentos de crédito de forma combinada e que contemple toda a cadeia produtiva envolvida no projeto a ser financiado.
- ✓ Realizar **programas de capacitação e divulgação** contínua de linhas e fundos de financiamento.
- ✓ Desenvolver **arranjos financeiros** alinhados com os trâmites legais/procedimentos de **licenciamento ambiental.**
- ✓ Criar **arranjos financeiros específicos** para investimentos em **tecnologias de baixa emissão de carbono importadas**, principalmente aquelas que apresentem alto custo de importação.

A **Contribuição da Indústria para a Agenda de Financiamento Climático** foi construída em diálogo e colaboração com as seguintes instituições:

Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA

Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC

Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB

Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG

Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul – FIEMS

Federação das Indústrias no Estado do Mato Grosso – FIEMT

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN

Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP

Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN

Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais – SINDIFER

Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC

Associação Brasileira do Alumínio – ABAL

Associação Brasileira de Biotecnologia Industrial – ABBI

Associação Brasileira de Carvão Mineral – ABCM

Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP

Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA

Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria Cosméticos – ABIHPEC

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE

Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza – ABIPLA

Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT

Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – ABIVIDRO

Associação Mineira de Silvicultura – AMS

Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC

União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA

Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico – FMASE

Instituto Aço Brasil – IABr

Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ

Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM

ArcelorMittal Brasil

Braskem

BRFOODS

Companhia Siderúrgica Nacional

Dow

Gerdau

Grupo Solvay

Nadir Figueiredo Ind. Com. S.A

Odebrecht

Rio Tinto

Suzano

Ternium Brasil

Usiminas

Vale

Vallourec

Votorantim

CNI
Robson Braga de Andrade
Presidente

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DRI
Mônica Messenberg Guimarães
Diretora de Relações Institucionais

Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS
Davi Bomtempo
Gerente-Executivo

Marcos Vinícius Cantarino
Rafaela Aloise de Freitas
Equipe Técnica

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM
Carlos Alberto Barreiros
Diretor de Comunicação

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP
Carla Gonçalves
Gerente-Executiva de Publicidade e Propaganda

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC
Fernando Augusto Trivellato
Diretor de Serviços Corporativos

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF
Maurício Vasconcelos de Carvalho
Gerente-Executivo de Administração, Documentação e Informação

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

Danúzia Queiroz
Revisão Gramatical

ISBN 978-65-86075-27-4

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA